



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/8/2015

Às 15h12min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Cristina Corrêa e os deputados Bosco e Thiago Cota, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Thiago Cota, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do senhor Wagner Colombarolli, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais – IHGMG –, em que solicita seja encaminhado pela Comissão de Cultura pedido de providências à Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais e ao Conselho Estadual de Defesa de Direitos Difusos para que seja revisto o processo da verba pleiteada pela referida instituição para o projeto Resgate do Acervo do IHGMG: Recuperação, Digitalização, Microfilmagem e Divulgação dos 37 volumes da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais; e do Sr. Carluty Ferreira, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a situação do ex-Grupo Deu Palla.

Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário.

Submetido a votação, é aprovado Requerimento nº 1.525/2015.

Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.839/2015, dos deputados Celinho do Sinttrocel e Bosco, em que solicitam seja realizada audiência pública desta comissão para apresentação e discussão do seu quadro atual na Fundação TV Minas Cultural e Educativa – Rede Minas – e suas perspectivas;

nº 2.844/2015, do deputado Bosco, em que solicita seja realizada audiência pública desta comissão no Município de Araxá, em razão do 15º Festival de Dança, com a finalidade de debater o crescimento da arte cênica na região;

nº 2.846/2015, do deputado Bosco, em que solicita seja realizada audiência pública desta comissão no Município de Araxá, com a finalidade de discutir as possíveis necessidades e as estratégias para a reestruturação dos museus desse município, em razão dos 150 anos de emancipação político-administrativa;

nº 2.850/2015, do deputado Bosco, em que solicita seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania para, em parceria com o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Difusos, promover a liberação da verba destinada ao projeto Resgate do Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais; e seja anexada cópia da correspondência recebida por esta comissão;

nº 2.852/2015, da deputada Ione Pinheiro, em que solicita seja realizada audiência pública desta comissão para debater a situação em que se encontra o Teatro da Cidade;



nº 2.854/2015, da deputada Ione Pinheiro, em que solicita seja realizada audiência pública desta comissão para debater a situação do Teatro Kléber Junqueira, que se encontra em risco de fechamento;

nº 2.855/2015, da deputada Ione Pinheiro, em que solicita seja encaminhado pedido de informações ao secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, órgão gestor do Fundo Estadual de Defesa de Direitos Difusos, sobre a situação das cidades que tiveram os projetos aprovados em edital de 2011, bem como a consolidação das notas prévias dos novos projetos apresentados pelos Conselheiros do Conselho Estadual de Defesa de Direitos Difusos, em reunião realizada em 3/4/2013.

Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2015.

Bosco, presidente – Cristina Corrêa – Thiago Cota.

ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/8/2015

Às 9h38min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Wander Borges, Dalmo Ribeiro Silva e Ricardo Faria (substituindo a deputada Geisa Teixeira, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Antônio Carlos Arantes e Tito Torres. Havendo número regimental, o presidente, deputado Wander Borges, declara aberta a reunião e, em virtude do art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e solicita aos membros da comissão presentes que a subscrevam. A presidência informa que a reunião se destina a debater a renovação dos contratos de permissão das unidades lotéricas da Caixa Econômica Federal, questionados pelo Tribunal de Contas da União, bem como os efeitos da Lei Federal nº 12.869, de 2013, que dispõe sobre o exercício da atividade e a remuneração do permissionário lotérico e dá outras providências, e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Marcelo Tutomu Kanemaru, auditor federal de Controle Externo em Minas Gerais do Tribunal de Contas da União, representando o presidente do TCU; Paulo César da Silva, presidente do Sindicato dos Lotéricos de Minas Gerais; e Marco Vinício Martins de Sá, advogado do Sindicato dos Lotéricos de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Recebidos pelo presidente e, submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.175/2015, do deputado Ricardo Faria, em que solicita seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais e à Companhia Energética de Minas Gerais pedido de providências para alterar a conta dos usuários dos Bairros Jardim Alvorada e Vila Alvorada, retornando os endereços para o Município de Contagem, uma vez que foram alterados para o Município de Ribeirão das Neves; e seja encaminhado aos Correios pedido de providências para alterar os Códigos de Endereçamento Postal desses usuários, retornando àqueles alterados erroneamente em maio de 2015;

nº 3.176/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta das Comissões de Assuntos Municipais e Regionalização e Extraordinária de Proteção aos Animais para debater o leilão de cães semoventes pertencentes à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais;

nº 3.177/2015, do deputado Dirceu Pereira, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, no Município de Ubá, para debater a regularização fundiária da Casa de Saúde Padre Damião, assentada em área de domínio da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais;

nº 3.178/2015, do deputado Wander Borges, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta das Comissões de Assuntos Municipais e Regionalização e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, para debater a padronização do transporte escolar nas vans escolares e os problemas do transporte coletivo;

nº 3.179/2015, do deputado Wander Borges, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta das Comissões de Assuntos Municipais e Regionalização e de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, para debater a comercialização de alimentos em áreas e vias públicas na modalidade *food trucks*;

nº 3.180/2015, dos deputados Dalmo Ribeiro Silva, Wander Borges, Ricardo Faria, Antônio Carlos Arantes e Tito Torres, emendado pelo deputado Wander Borges, em que solicitam seja realizada visita da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização ao Congresso Nacional, em Brasília, para acompanhar a audiência pública a ser realizada em 3/9/2015, destinada a debater a renovação dos contratos de permissão das unidades lotéricas da Caixa Econômica Federal; e sejam as notas taquigráficas da 21ª Reunião Extraordinária desta comissão entregues pelos membros da comissão às autoridades presentes na reunião em Brasília e encaminhadas ao Ministério Público Federal e ao Tribunal de Contas da União.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de agosto de 2015.

João Alberto, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/8/2015

Às 15h7min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Elismar Prado, Douglas Melo e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Dilzon Melo, Fred Costa, Lafayette de Andrada e Isauro Calais.



Havendo número regimental, o presidente, deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, nos termos do inciso III do art. 120 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir a atuação da concessionária Via 040, para obter esclarecimentos sobre a cobrança de pedágio antes da realização de benfeitorias na rodovia e sobre a conformidade dos procedimentos com a Lei nº 8.987, de 1995. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Cláudio Renê Valadares Lobato, coordenador de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, e Viviane Esse, superintendente de Exploração de Infraestrutura Rodoviária, representando o Sr. Jorge Luiz Macedo Bastos, diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – Brasília (DF); Ricardo Augusto Amorim César, assessor jurídico do Procon, representando o Sr. Fernando Ferreira Abreu, promotor de Justiça e coordenador do Procon de Minas Gerais; Gilberto Dias de Souza, gerente do Procon Assembleia, representando o Sr. Marcelo Rodrigo Barbosa, coordenador do Procon Assembleia; e Sr. Frederico Souza, das relações institucionais, representando o Sr. Tulio Abi Saber, presidente da concessionária Via 040 – Nova Lima, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são recebidos e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.227/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado à ANTT pedido de informações contendo os relatórios da fiscalização feita por esse órgão na BR-040, no trecho sob concessão da Via 040, visando à apuração de possíveis descumprimentos contratuais;

nº 3.228/2015, do deputado Isauro Calais, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte com a finalidade de obter esclarecimentos acerca do abusivo aumento de 24% no pedágio, estabelecido pelo Concer, em Simão Pereira;

nº 3.229/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita sejam encaminhadas à Procuradoria da República em Minas Gerais as notas taquigráficas da 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, realizada dia 26/8/2015, acompanhadas de pedido de providências à referida procuradoria para que instaure uma ação civil pública contra a concessionária Via 040 e a Agência Nacional de Transportes Terrestres, em virtude das inúmeras denúncias e reclamações apresentadas por cidadãos em consequência dos prováveis descumprimentos de dispositivos do Código de Defesa do Consumidor (especialmente os arts. 6º, 8º, 10º e 51), da Lei Federal nº 8.987, de 2015 (notadamente o art. 6º) e do contrato de concessão vinculado à exploração da BR-040 (trecho Juiz de Fora – Brasília);

nº 3.230/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita sejam encaminhadas ao Tribunal de Contas da União as notas taquigráficas da 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, realizada dia 26/8/2015; e seja encaminhado ao referido tribunal pedido de providências para que se instaure uma ação civil pública contra a concessionária Via 040 e a Agência Nacional de Transportes Terrestres, em virtude das inúmeras denúncias e reclamações apresentadas por cidadãos em consequência dos prováveis descumprimentos de dispositivos do Código de Defesa do Consumidor (especialmente os arts. 6º, 8º, 10º e 51), da Lei Federal nº 8.987, de 2015 (notadamente o art. 6º) e do contrato de concessão vinculado à exploração da BR-040 (trecho Juiz de Fora – Brasília);

nº 3.231/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita sejam encaminhadas ao Procon do Ministério Público Estadual notas taquigráficas da 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, realizada dia 26/8/2015; e seja encaminhado ao referido Procon pedido de providências para que se instaure uma ação civil pública contra a concessionária Via 040 e a Agência Nacional de Transportes Terrestres, em virtude das inúmeras denúncias e reclamações apresentadas por cidadãos em consequência dos prováveis descumprimentos de dispositivos do Código de Defesa do Consumidor (especialmente os arts. 6º, 8º, 10º e 51), da Lei Federal nº 8.987, de 2015 (notadamente o art. 6º), e do contrato de concessão vinculado à exploração da BR-040 (trecho Juiz de Fora – Brasília);

nº 3.232/2015, do deputado Elismar Prado, em que solicita seja realizada visita da comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, junto com membros da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados, a trechos da BR-040 sob concessão da empresa Via 040.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de agosto de 2015.

Roberto Andrade, presidente – Noraldino Júnior – Douglas Melo.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 69ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/9/2015

1ª Parte

1ª Fase (Expediente) (das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

**2ª Fase (Grande Expediente)
(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 618/2015, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o número de entidades que aguardam credenciamento no programa Aliança pela Vida, o cronograma de aprovação de negativas e a situação em que se encontra cada processo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 619/2015, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o programa Aliança pela Vida, o número de entidades que solicitaram mudança no contrato do Módulo I para o Módulo II, o *status* de cada processo de mudança no contrato, os prazos para a efetivação dos contratados e o impedimento de interação em comunidades terapêuticas contratadas a partir de janeiro deste ano. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 621/2015, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre os motivos da suspensão do edital de credenciamento das comunidades terapêuticas no âmbito do programa Aliança pela Vida, a reabertura desse edital e a definição dos prazos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 632/2015, da Comissão de Assuntos Municipais, que solicita seja encaminhado ao procurador-geral do Estado pedido de informações sobre o cumprimento de termos de ajustamento de conduta celebrados pela Phoenix Mineração e Comércio no que se refere à redução de impostos ambientais e de tráfego causados pela atividade da citada empresa. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 655/2015, da Comissão de Meio Ambiente, que solicita seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente pedido de informações consubstanciadas em relatório da execução orçamentária do programa Bolsa Verde, desde a sua criação, para subsidiar audiência pública a se realizar nesta Casa. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 662/2015, da Comissão de Turismo, que solicita seja encaminhado ao secretário de Fazenda pedido de informações sobre os impactos para o consumidor final da vigência da Lei nº 21.527, de 2014, que determinou a redução, de 19% para 14%, da alíquota do ICMS incidente sobre operações internas com álcool combustível. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 663/2015, da Comissão de Turismo, que solicita seja encaminhado à Cemig Distribuição pedido de informações sobre a possibilidade de racionamento de energia elétrica na Região Metropolitana de Belo Horizonte e o fornecimento de energia elétrica para empreendimentos hoteleiros. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 680/2015, da Comissão de Transporte, que solicita seja encaminhado ao secretário de Transportes pedido de informações sobre o cronograma das obras de reforma e ampliação do aeroporto de Patrocínio, o prazo para retomada das obras, o valor global e o valor despendido até o momento. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 722/2015, da Comissão Extraordinária das Águas, que solicita seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente pedido de informações consubstanciadas em certidão de inteiro teor e cópia integral de todos os processos de licenciamento ambiental para a atividade de extração mineral vigentes no Estado, vencidos ou encerrados nos últimos cinco anos; certidão de inteiro teor e cópia integral de todos os processos de licenciamento ambiental vigentes, arquivados, negados ou em tramitação que tenham como objeto a construção e operação de minerodutos no Estado; certidão de inteiro teor com todas as autuações e multas aplicadas a empreendimentos minerários no Estado por quaisquer dos órgãos de fiscalização ligados a essa secretaria, assim como as notificações de descumprimento de condicionantes e demais documentos de natureza similar; certidão de inteiro teor contendo todas as autorizações para intervenção em áreas de preservação permanentes emitidas pelos órgãos ligados a essa secretaria ou pela própria; e certidão de inteiro teor e cópia integral de todos os processos de emissão ou dispensa de outorga sobre uso ou intervenção em recursos hídricos e outros direitos outorgados ou dispensados pelo Igam para atividades de extração e processamento mineral e minerodutos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 747/2015, da Comissão de Saúde, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre a regularização dos repasses de recursos da saúde aos municípios da macrorregião Norte do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 775/2015, da Comissão de Meio Ambiente, que solicita seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente pedido de informações sobre o licenciamento corretivo do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em especial quanto à compensação ambiental e demais ações decorrentes de preservação do meio ambiente. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 777/2015, do deputado Noraldino Júnior, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre a carreira dos agentes de combate a endemias: piso salarial pago pelo governo do Estado; plano de cargos e carreira; montante pago pelo governo do Estado aos agentes que receberam o piso salarial em 2014; previsão de piso salarial a ser pago nos anos de 2015 e 2016; cursos disponíveis para formação e capacitação da categoria. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.



Votação do Requerimento nº 780/2015, da Comissão da Pessoa com Deficiência, que solicita seja encaminhado ao secretário de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações sobre os programas desenvolvidos; a previsão de ações e financiamento da atenção à pessoa com deficiência no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – Suas; a qualificação profissional e a inclusão no mercado de trabalho para pessoa com deficiência e a incorporação das Apaes como prestadoras de serviços do Suas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 781/2015, da Comissão de Segurança Pública, que solicita seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil e ao comandante-geral da Polícia Militar pedido de informações sobre o índice de criminalidade no Município de Mutum, bem como sobre o número de inquéritos e denúncias realizadas, tendo em vista o teor da Mensagem nº 48.606, encaminhada em 20/4/2015 pelo Sistema de Interação com o Cidadão desta Casa. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 782/2015, da Comissão de Segurança Pública, que solicita seja encaminhado ao secretário de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a previsão do pagamento do Prêmio de Produtividade do ano de 2013 aos servidores do Poder Executivo, considerando as inúmeras indagações encaminhadas a esta Casa, notadamente pelos servidores da Defesa Social. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 807/2015, do deputado Noraldino Júnior, que solicita seja encaminhado ao secretário de Defesa Social pedido das informações que menciona, referentes à ocorrência de 50 homicídios em Juiz de Fora no período de 1º/1 a 5/5/2015. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 854/2015, da Comissão de Fiscalização Financeira, que solicita seja encaminhado ao secretário de Fazenda pedido de informações acerca dos empenhos cancelados relacionados às despesas realizadas, bem como das despesas realizadas sem o devido empenho prévio, detalhadamente relacionadas e com as respectivas justificativas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 882/2015, da Comissão de Turismo, que solicita seja encaminhado à presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre a possibilidade de racionamento de água na Região Metropolitana de Belo Horizonte e o fornecimento de água para empreendimentos hoteleiros. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 886/2015, da Comissão de Saúde, que solicita seja encaminhado ao procurador-geral de justiça pedido de informações sobre o relatório completo de trabalho realizado em 57 hospitais de 36 municípios visitados pelo Ministério Público. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 892/2015, da Comissão de Saúde, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações quanto aos termos dos Convênios nºs 681/2010 e 2.370/2013, firmados entre a Irmandade do Hospital da Santa Casa de Poços de Caldas e o governo do Estado, destinados à construção da segunda etapa da unidade de alta complexidade em oncologia. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 893/2015, da Comissão de Saúde, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre a agenda prevista para as unidades móveis de mamografia no ano de 2015 para as regiões Norte de Minas, Jequitinhonha/Mucuri e Noroeste de Minas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 898/2015, da Comissão de Educação, que solicita seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Contas pedido de informações sobre a expedição de diplomas supostamente falsos expedidos pela Uemg para os cursos ofertados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola, conforme denúncia encaminhada a essa comissão. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 899/2015, da Comissão de Educação, que solicita seja encaminhado ao reitor da Uemg pedido de informações sobre a expedição de diplomas supostamente falsos expedidos pela universidade para os cursos ofertados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola, conforme denúncia encaminhada a essa comissão. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 901/2015, da Comissão de Saúde, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre a incidência de câncer no Município de Campo Belo, em comparação com a média estadual e nacional; e sobre as possíveis causas da doença na região. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 906/2015, das Comissões do Trabalho e de Participação Popular, que solicita seja encaminhado à diretora do Detran-MG pedido de informações sobre a fiscalização das concessionárias de veículos em relação à cobrança pelo serviço de registro e licenciamento de veículos novos, tendo em vista o disposto no art. 3º, § 2º, da Portaria 708, de 11 de maio de 2012, do Detran-MG. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 908/2015, da Comissão de Direitos Humanos, que solicita seja encaminhado ao corregedor-geral de justiça pedido de informações, acompanhado das notas taquigráficas da 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada em Barbacena, sobre as apurações das denúncias apresentadas contra o Sr. Joaquim Martins Gamonal, juiz da Vara de Família e Cível da Infância e da Juventude da Comarca de Barbacena. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.021/2015, da Comissão de Meio Ambiente, que solicita seja encaminhado à presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre os investimentos e recursos financeiros aplicados em proteção de nascentes e a relação dos municípios beneficiados, conforme o disposto na Lei nº 12.503, de 1997. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação, em turno único, da Indicação nº 14/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Fernando Antonio França Sette Pinheiro para o cargo de diretor-geral do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 16/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Daniel Lisbeni Marra Fonseca para o cargo de diretor-geral do Instituto de Geoinformação e Tecnologia. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 4/2015, do deputado Anselmo José Domingos e outros, que altera os arts. 64 e 67 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 274/2015, do deputado Paulo Lamac, que institui a Semana da Conscientização e Combate à Automedicação e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 264/2015, do deputado Inácio Franco, que altera a Lei nº 20.304, de 26 de julho de 2012, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Presidente Juscelino o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 423/2015, do deputado Gustavo Valadares, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bom Despacho o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 618/2015, do deputado Gustavo Valadares, que dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Jaboticatubas. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 974/2015, do deputado Braulio Braz, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muriaé o trecho de rodovia que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.006/2015, do deputado Braulio Braz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Brás Pires o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.092/2015, do deputado Wander Borges, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Caeté o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.609/2015, do deputado Adalclever Lopes, que autoriza a cessão de imóvel de propriedade do Estado ao Município de Conceição dos Ouros. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.544/2015, do governador do Estado, que dispõe sobre o parcelamento de créditos estaduais, tributários e não tributários, dos quais sejam devedoras empresas em processo de recuperação judicial. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 1º/9/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 1.785 a 1.792, 1.801 a 1.806 e 1.832/2015, do deputado Cabo Júlio; 1.930 a 1.932, 2.007 e 2.008/2015, do deputado Sargento Rodrigues; 1.948/2015, da Comissão de Direitos Humanos; 2.019/2015, do deputado Noraldino Júnior; e 2.075/2015, do deputado Léo Portela.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 1º/9/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Audiência pública para debater assuntos relativos às condições de trânsito na Estrada Gorduras, localizada entre os Bairros Jardim Vitória e Bela Vitória, em Belo Horizonte, próximo à entrada do Bairro Nossa Senhora de Fátima, em Sabará, com acesso à BR-381.



Discussão e votação de pareceres de redação final.
Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 1º/9/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Audiência pública para debater a presença de torcidas divididas em jogos do Atlético-MG e do Cruzeiro.
Discussão e votação de pareceres de redação final.
Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 1º/9/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:
No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.106/2015, do deputado Rogério Correia, e 1.039/2015, do deputado Sávio Souza Cruz.
Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:
Requerimentos nºs 1.579 e 1.590/2015, do deputado Anselmo José Domingos; 1.854/2015, da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas; 1.907/2015, da Comissão de Segurança Pública; 1.933/2015, do deputado Nozinho; e 2.024/2015, do deputado Léo Portela.
Discussão e votação de pareceres de redação final.
Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 1º/9/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:
No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.405/2015, da deputada Ione Pinheiro.
Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:
Requerimentos nºs 1.839/2015, do deputado Felipe Attiê; 1.856/2015, da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas; 1.862 e 1.863/2015, do deputado Ivair Nogueira; 1.882/2015, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; 1.887/2015, do deputado Iran Barbosa; 1.896 e 1.897/2015, do deputado Douglas Melo; e 1.951/2015, do deputado João Alberto.
Discussão e votação de pareceres de redação final.
Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 1º/9/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:
Requerimento nº 2.064/2015, do deputado Noraldino Júnior.
Discussão e votação de pareceres de redação final.
Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 1º/9/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:



No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.015/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr.
Discussão e votação de pareceres de redação final.
Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 1º/9/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 1º/9/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Audiência pública para debater o significativo aumento no consumo de *crack* nos pequenos municípios do Estado e apresentar experiências exitosas para o enfrentamento do problema.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco os deputados Douglas Melo, Dalmo Ribeiro Silva, Ivair Nogueira e Professor Neivaldo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/9/2015, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 1.022/2015, do deputado Anselmo José Domingos, 1.180/2015, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, 1.263 a 1.265/2015, da deputada Arlete Magalhães, 1.335 e 1.388/2015, do deputado Thiago Cota, 1.490/2015, do deputado Ulysses Gomes, 1.494/2015, do deputado Douglas Melo, 1.518/2015, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, 1.547, 1.595, 1.597 e 1.599 a 1.605/2015, do deputado Douglas Melo, 1.765/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, 1.810/2015, do deputado Paulo Lamac, 1.840 e 1.841/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, 1.855/2015, da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas, 1.892/2015, da deputada Ione Pinheiro, 1.938/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, 1.957/2015, do deputado Noraldino Júnior, 1.966, 1.988 a 1.998 e 2.027 a 2.056/2015, do deputado Paulo Lamac, 2.078 a 2.092/2015, do deputado Douglas Melo, 2.116/2015, da Comissão de Saúde, 2.121/2015, do deputado Ivair Nogueira, e 2.123/2015, do deputado Inácio Franco, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2015.

Paulo Lamac, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco os deputados Douglas Melo, Dalmo Ribeiro Silva, Ivair Nogueira e Professor Neivaldo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/9/2015, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, com a presença de convidados, os resultados do processo de absorção e a situação atual das unidades e cursos incorporados à Uemg, bem como questões relativas a sua autonomia administrativa e financeira e à reeleição de reitor, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2015.

Paulo Lamac, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Indicação de Diogo de Melo Franco para o Cargo de Presidente da Feam

Nos termos regimentais, convoco os deputados João Alberto, Glaycon Franco, Dilzon Melo e João Magalhães, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/9/2015, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de proceder à arguição pública do indicado, de discutir e votar o parecer para o turno único da Indicação nº 18/2015, do governador do Estado, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2015.

Agostinho Patrus Filho, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Vanderlei Miranda, Arnaldo Silva, Felipe Attiê, Rogério Correia, Thiago Cota e Tito Torres, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/9/2015, às 17 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 1.106/2015, do deputado Rogério Correia, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2015.

Tiago Ulisses, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Anselmo José Domingos, Celinho do Sinttrocel, Gustavo Valadares e Neilando Pimenta, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/9/2015, às 19 horas, com a presença de convidados, no Parque das Amendoeiras, em Contagem, com a finalidade de debater o transporte público de Contagem e a integração com a Região Metropolitana de Belo Horizonte e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2015.

Deiró Marra, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Conjunta das Comissões de Minas e Energia e de Assuntos Municipais e Regionalização**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Bosco, Glaycon Franco, João Vítor Xavier e Tony Carlos, membros da Comissão de Minas e Energia, e as deputadas Geisa Teixeira e Rosângela Reis e os deputados Fred Costa, Wander Borges e Dalmo Ribeiro Silva, membros da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, para a reunião a ser realizada em 3/9/2015, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 616/2015, da deputada Rosângela Reis, que trata da Política Estadual de Diversificação Produtiva dos Municípios Mineradores, e de discutir e votar proposições das comissões.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2015.

Gil Pereira, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados João Leite, Cabo Júlio e Professor Neivaldo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 3/9/2015, às 9h30min, na Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso, com a finalidade de debater sobre a segurança pública no Município, em especial sobre medidas de combate ao crime de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins; e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Geisa Teixeira e Rosângela Reis e os deputados Wander Borges e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 4/9/2015, às 10 horas, na Câmara Municipal de Poços de Caldas, com a finalidade de debater, em audiência pública, a construção do Centro de Convenções de Poços de Caldas e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2015.

Fred Costa, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.106/2015****Comissão de Administração Pública****Relatório**

De autoria do deputado Rogério Correia, o projeto de lei em epígrafe “concede anistia aos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que participaram de greve ou movimentos reivindicatórios realizados pelo sindicato de sua categoria, ocorridos em 17 de novembro de 2011 e em 23 de novembro a 14 de dezembro de 2011”.

Ao examinar a matéria, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposta.

Cabe a esta comissão, nos termos regimentais, apreciar os aspectos de mérito da proposição.



Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende conceder anistia aos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que se ausentaram do serviço pela adesão à greve ou aos movimentos reivindicatórios realizados pelo sindicato de sua categoria em 17 de novembro de 2011 e em 23 de novembro a 14 de dezembro de 2011, assegurando-lhes restituição da remuneração descontada, com os reflexos financeiros retroativos correspondentes, bem como o cômputo do período de ausência como tempo de serviço e de contribuição, para todos os efeitos, inclusive para fins de promoções e aposentadoria.

O principal argumento suscitado na justificação da proposição consiste no fato de que “o desconto de dias parados ou o lançamento de faltas são medidas que oneram individualmente cada um dos servidores que decidirem pela adesão ao movimento, constringendo os trabalhadores em franca violação não só ao Texto Constitucional, mas também até mesmo ao art. 6º, § 2º, da Lei nº 7.783, de 1989”.

Quando da análise jurídica da proposição, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou parecer por sua constitucionalidade, legalidade e juridicidade.

Contudo, quanto ao mérito, entendemos que a proposição deve ser rejeitada.

Inicialmente, há que se destacar que a concessão de anistia aos servidores públicos do Tribunal de Justiça implica cancelamento de sanções de natureza administrativo-disciplinar, tratando-se de matéria inerente aos direitos e deveres dos servidores do Poder Judiciário. Logo, é um tema relacionado ao seu regime jurídico.

Posto isso, quanto ao aspecto da iniciativa para a deflagração do processo legislativo, há óbice à tramitação da proposição em exame, uma vez que, nos termos do art. 96, II, “b”, da Constituição Federal, a iniciativa dos projetos de lei que regulamentam o regime jurídico dos servidores públicos vinculados ao Poder Judiciário estadual, criando os seus respectivos direitos e deveres decorrentes dessa relação jurídica, é exclusiva do Tribunal de Justiça.

Corroborando a argumentação apresentada, trazemos precedentes do Supremo Tribunal Federal, que reconheceram a inconstitucionalidade formal de lei estadual de iniciativa parlamentar que concedia anistia a servidores públicos vinculados a outro Poder que não ao próprio Legislativo:

2. Segundo consistente jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, as assembleias legislativas estaduais possuem competência para deliberar sobre anistia administrativa de servidores estaduais. Contudo, não cabe a essas casas legislativas iniciar a deliberação de processos legislativos com esse objetivo, pois estão elas submetidas às normas processuais de reserva de iniciativa inscritas na Constituição Federal, por imposição do princípio da simetria. Precedentes. 3. Ao determinar a abolição dos efeitos das sanções disciplinares aplicadas a servidores estaduais por participação em movimentos reivindicatórios, o art. 1º da Lei 10.076/96 desfez consequências jurídicas de atos administrativos praticados com base no regime funcional dos servidores estaduais e, com isso, incursionou em domínio temático cuja iniciativa de lei é reservada ao Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 61, II, § 1º, “c”, da CF. 4. O sistema de repartição de poderes traçado na Constituição Federal não admite que um ato de sancionamento disciplinar, exercido dentro dos parâmetros de juridicidade contidos nos estatutos funcionais civis e militares, venha a ser reformado por um juízo de mera conveniência política emanado do Poder Legislativo. 5. É inconstitucional o art. 2º da lei catarinense, porque estabeleceu conduta típica configuradora de crime de responsabilidade, usurpando competência atribuída exclusivamente à União pelos arts. 22, I, e 85, § único, da Constituição Federal, contrariando a Súmula 722 do STF. 6. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente. (ADI 1440-SC; relator ministro Teori Zavascki DJ de 6-11-2014).

Ação direta de inconstitucionalidade. Art. 2º da Lei gaúcha n. 10.385/1995. Paralisação dos servidores do Poder Judiciário Estadual. Dias parados contados como de efetivo exercício. Emenda Parlamentar. (...) 3. A Emenda Parlamentar n. 4/1995 afastou-se da temática do Projeto de Lei n. 54/1995, interferiu na autonomia financeira e administrativa do Poder Judiciário: desrespeito ao art. 2º da Constituição da República. 4. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente. (ADI 1333/RS; relatora min. Cármen Lúcia; DJe de 18/11/2014).

Destaque-se ainda que a proposição em exame, na medida em que pretende assegurar aos servidores todos os direitos decorrentes do efetivo exercício do cargo na data do afastamento para participação no movimento, inclusive o pagamento dos dias descontados e seus reflexos, acaba também por criar novas despesas com pessoal.

Com efeito, a Constituição Federal, no art. 169, exige que a medida que implique aumento de despesa com pessoal somente seja adotada se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções desse aumento e aos acréscimos dele decorrentes, bem como se houver autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) prevê, em seu art. 16, que a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes e de declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Ocorre que a proposição não veio acompanhada dos estudos de impacto orçamentário-financeiro e da demonstração da compatibilidade do aumento de despesa com a legislação orçamentária, sem contar que medida proposta por iniciativa parlamentar que cria despesas com pessoal para o Tribunal de Justiça acaba por conflitar com a autonomia financeira expressamente conferida ao Poder Judiciário pelo art. 99 da Constituição Federal.

Por fim, há que se destacar que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça já pacificou entendimento no sentido de que, assim como no setor privado, o movimento de greve acarreta a suspensão do vínculo funcional e a consequente desobrigação do pagamento da remuneração, conforme dispõe o art. 7º da Lei nº 7.783, de 1989, aplicável, no que couber, ao setor público, de acordo com precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça:



1. É entendimento consolidado no âmbito do STJ que é legítimo o ato da Administração que promove o desconto dos dias não trabalhados pelos servidores públicos participantes de movimento grevista, diante da suspensão do contrato de trabalho, nos termos da Lei 8.112/1990, salvo a existência de acordo entre as partes para que haja compensação dos dias paralisados.

2. Na hipótese dos autos, o Tribunal de origem deixou claro que, embora exista acordo extrajudicial firmado pelas partes, este somente fez menção à criação de benefícios e vantagens pleiteados pelo Sindicato demandado.

3. Assim como no setor privado, o movimento de greve acarreta a suspensão do vínculo funcional, e a conseqüente desobrigação do pagamento da remuneração, conforme dispõe o art. 7º da Lei 7.783/89, aplicável, no que couber, ao setor público, de acordo com precedentes do STF e STJ. Precedentes. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1390467; relator ministro Humberto Martins; DJe 25/9/2013).

1. Trata-se, originariamente, de Mandado de Segurança Preventivo impetrado por sindicato contra potenciais atos da União (Ministério da Saúde) relacionados com o corte de remuneração por greve destinada ao reajuste dos salários da categoria (desconto de dias parados). A sentença concessiva da Segurança foi mantida pelo Tribunal de origem.

2. A jurisprudência do STJ se pacificou no sentido da legalidade, em regra, dos descontos realizados nos vencimentos dos servidores públicos em greve (MS 17.405/DF, rel. ministro Felix Fischer, Corte Especial, DJe 9.5.2012; AgRg na Pet 8.050/RS, rel. ministro Castro Meira, Primeira Seção, DJe 25.2.2011; MS 14.942/DF, rel. ministra Laurita Vaz, Terceira Seção, DJe 21.5.2012).

3. Recurso Especial provido para denegar a Segurança. (REsp 1245056 / RJ; relator ministro Herman Benjamin; DJe 22/5/2013).

Registre-se, ademais, que em análise de medida cautelar proposta pelo Sindicato dos Servidores da Justiça de Segunda Instância do Estado de Minas Gerais – Sinjus –, o Superior Tribunal de Justiça manteve seu posicionamento acerca da ausência de ilegalidade dos descontos, ainda que a paralisação seja configurada como movimento grevista.

É o que se extrai do seguinte trecho da decisão proferida pelo ministro relator Benedito Gonçalves:

O Pretório Excelso, ao apreciar simultaneamente os Mandados de Injunção n.ºs 670/ES, 708/DF e 712/PA, decidiu que, como regra geral, "os salários dos dias de paralisação não deverão ser pagos, salvo no caso em que a greve tenha sido provocada justamente por atraso no pagamento aos servidores públicos civis, ou por outras situações excepcionais que justifiquem o afastamento da premissa da suspensão do contrato de trabalho (art. 7º da Lei no 7.783/1989, *in fine*)". Na hipótese, o Tribunal de origem, após análise exauriente, foi categórico ao afirmar que "a greve não foi motivada por atraso no pagamento dos vencimentos e nem foi alegada excepcionalidade que justificasse a suspensão dos descontos", estando ausente o suposto direito líquido e certo (fl. 73).

Assim, nesse exame perfunctório, não se observa a plausibilidade de se obstar o corte do ponto ou o desconto dos dias parados daqueles que ingressaram no referido movimento grevista. Até porque, o exame aprofundado das exceções previstas no paradigma da Suprema Corte esgotaria o mérito do próprio recurso ordinário. Ante o exposto, nego seguimento à cautelar, nos termos do art. 34, XVIII, do RISTJ. (Medida Cautelar 024195; relator ministro Benedito Gonçalves; DJe de 24/4/2015).

Diante do citado contexto, não nos afigura conveniente e oportuna a intervenção do Poder Legislativo mediante ato normativo passível de configurar contradição à reserva de iniciativa do Poder Judiciário bem como ao entendimento jurisprudencial firmado pelo Superior Tribunal de Justiça.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 1.106/2015.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2015.

João Magalhães, presidente e relator – Durval Ângelo – Tiago Ulisses – Ivair Nogueira – Sargento Rodrigues (voto contrário).



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

67ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 25/8/2015

O deputado Arlen Santiago* – Exmo. Sr. Presidente, colega médico deputado Hely Tarquínio, que também representa o povo mineiro, em especial o povo trabalhador de Patos de Minas; Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembleia, usamos a tribuna hoje para falar do nosso assombro com algumas situações que estão acontecendo em nosso país. Hoje estive reunido com vários representantes de hospitais, de associação médica, de pessoas que estão completamente preocupadas com o apagão total da saúde no Brasil. Nós, da Comissão de Saúde – e aqui quero falar do belíssimo trabalho que tem sido feito lá pelos seus membros –, estamos vendo o apagão total da saúde. Infelizmente, o governo federal não se movimenta, não quer mudar nada. Temos, por exemplo, uma consulta médica no valor de R\$10,00 há mais de 10 anos sem reajuste; um raio-X de tórax a R\$5,57, que uma pessoa precisa fazer, sendo que o filme custa entre R\$14,00 e R\$19,00. Se uma pessoa estiver com a suspeita de um câncer intestinal e precisar fazer uma retossigmoidoscopia, o valor é de apenas R\$23,00.

Se um médico fizer um parto, caro deputado João Vítor Xavier, ele não receberá dinheiro para comprar uma cadeira para ver um jogo no Mineirão. Estamos vendo essa situação extremamente dramática em nosso país. Vimos que, nos últimos três anos, 13 mil leitos foram fechados, sendo 1.500 leitos em Minas Gerais. A tendência é que, de agora até o início do ano, sejam fechados muito mais hospitais. O governo federal se exime de cuidar da saúde, e vemos pessoas morrendo nas portas dos hospitais. Infelizmente essa é a situação.

A Comissão de Saúde foi, no primeiro semestre, a 33 audiências. Fomos a Pouso Alegre, onde o Hospital Samuel Libânio, que é um grande hospital, está com uma dívida de mais de R\$50.000.000,00, fazendo medicina de primeiro mundo. Vimos que, no Hospital Dr. Hélio Angotti, um grande hospital de Uberaba – estivemos em Uberaba com os deputados Tony Carlos, Antonio Lerin e o prefeito



Paulo Piau –, há mais de quatro meses os médicos não recebem. Uma consulta individual com um psicólogo na tabela do SUS é R\$2,55. Ai, solta-se o coitado do doente para ir aonde for necessário.

A perseguição que o governo federal faz com os mineiros cada dia é maior. A presidenta falou agora que não sabia do tamanho da crise. Imaginem... Todos nós, brasileiros, sentimos a crise, e ela não sabia o seu tamanho. Mentia no programa, falava que a Pátria seria educadora, falava que o Fies resolveria o problema do jovem, falava para o pessoal fazer o Pronatec. Acaba com o Fies, acaba com o Pronatec e, pior, acabou com as universidades públicas federais. Será que o PT privatista está querendo acabar com as universidades federais? Elas estão completamente sucateadas. Em Uberlândia, vimos o representante do hospital federal falar que lá não há mais gaze e esparadrapo, que o governo federal não dá condições para os técnicos, para os médicos, para as pessoas falarem. O PT privatista ainda fez mais: criou uma empresa para contratar funcionários em vez de fazer, como manda a Constituição, pelo concurso. É isso que o povo brasileiro queria? Com certeza não.

Agora estamos vendo o STF mandar ver como foi, a peso de ouro, essa eleição, porque compromissos que foram assumidos na campanha não estão sendo cumpridos. Falaram que teríamos saúde. O que é saúde? Mandar dinheiro para Cuba, contratar médicos cubanos. É um trabalho escravo, eles recebem um pouquinho, e o resto vai para Cuba. Já mandaram mais de R\$4.000.000.000,00 para aquele país. Meu Deus, até quando vai essa maldade? Acaba-se com a educação. A conta de luz cada dia sobe mais. Ai existe uma parte do PT que é piadista, aquela que diz: “Em 2016, a conta de luz baixará”. Baixe hoje. Foi dito pelo governador do PT de Minas Gerais que o ICMS baixaria. Naquele tempo, o ICMS da luz era muito alto. Quantas vezes, desta tribuna, ouvimos falar do ICMS alto da luz. Agora, faz cara de paisagem, não muda nada, esquece-se do que falou. É assim.

Esta semana haverá alguns aniversários aqui. Então gostaria de reprimir a nossa presidenta. Vamos cantar parabéns, cada um na sua língua. É assim, dobra a meta, diminui a meta, não fala coisa com coisa. Não querem pagar aos aposentados, aos perseguidos aposentados. A presidenta não manda mais no País, ela o terceirizou, terceirizou as universidades federais, terceirizou tudo neste país. Agora, na BR-040, indo para Sete Lagoas e para Brasília, colocaram pedágio, mas não duplicaram a estrada.

O governo está cobrando do povo cada vez mais. É multa, é arrecadação, é aumento de impostos. Já estão falando que a presidenta, Mourão, não sabia que a crise era desse tamanho. A turma dela já fala o quê? Fala o seguinte: “Vamos dar um jeito de aumentar os impostos do povo brasileiro”. O povo brasileiro, presidenta, atente para isso, presidenta do PT, já está sem Fies, sem Pronatec, sem saúde, com hospitais quebrando. A Santa Casa de Belo Horizonte está com uma dívida incalculável. Um hospital maravilhoso, como o da Baleia, está acabando. Em Pouso Alegre, o Hospital das Clínicas Samuel Libânio está com mais de R\$50.000.000,00 de dívidas. Agora, o doente chega, o hospital atende mais que o que está no contrato. E o que acontece? Infelizmente, vemos que ninguém é responsável pelo pagamento.

Estivemos em várias cidades e em Uberlândia, onde ouvimos uma senhora dizer que esteve com seu filho no hospital e não tinha gaze. É emocionante, Hely, talvez vamos trazê-la aqui. Eles tiveram de comprar algodão para fazer o procedimento, pegar a veia dele. Onde? Em Uberlândia, uma das maiores cidades de Minas Gerais. Até quando vamos assistir a isso?

Presidenta, a senhora precisa ouvir. Não precisa ficar falando qual é a meta, dobrando a meta. Não precisa cantar parabéns. Cada um, com a sua língua, precisa, presidenta, fazer as coisas. Cortar mil cargos de confiança para resolver o problema da crise do Brasil. O que é isso? É brincadeira com a gente?

Vou pedir a uma comissão da Assembleia para perguntar a Furnas quantas pessoas foram contratadas em firmas terceirizadas para fazerem campanha para o PT no tempo do Luz para Todos. Padre não sei quem e fulano de tal foram contratados a peso de ouro para falar de um programa que Minas vai ter de pagar praticamente todo, porque é empréstimo do BNDES.

Aí a gente vê o PT de Minas Gerais copiando o PT nacional, contando historinhas, chamando os prefeitos, que estão com essa crise no colo, lutando, para dizer que eles terão R\$300.000.000,00 para fazer obras. São R\$300.000.000,00 de obras? Com certeza, gente? Vamos abrir os cofres da agiotagem pública oficial e emprestar o dinheiro para a prefeitura que ainda conseguir fazer empréstimo. Não, nós queremos a oposição aqui, nesta Casa. Queremos ajudar o atual governo estadual do PT. A primeira coisa que queremos é que não copiem o governo federal, não mintam para os mineiros. Queremos propor soluções, e não deixar que a situação continue dramática como está. Vamos acordar, gente.

Vamos acordar, gente. Gostaria de agradecer ao deputado Bonifácio Mourão a receptividade. Estivemos em Governador Valares com mais de 80 secretários de saúde e com os donos de hospitais, porque o Ministério da Saúde mandou fazer cirurgias para a população. O que aconteceu? Infelizmente, mandaram, publicaram, mas parece que não gostam de cumprir o que falam. O que escrevem não cumprem também.

Então mandaram fazer as cirurgias eletivas, mas não mandam pagá-las. Vimos a prefeita de Governador Valadares, esbaforida, procurar o ministério e os deputados para que o governo cumprisse o que prometeu. Mas o que fala o ministro? Que vão pagar 30% e deixar o resto para que o secretário Fausto pague. Com que dinheiro ele vai fazer isso se o governo do PT já trata os mineiros como 14º na saúde *per capita*?

Encerro as minhas palavras lembrando que o sofrimento da área da saúde é muito grande e conclamando todos a pautar esse tema. A mentira da pátria educadora os brasileiros já descobriram: não tem Fies, não tem Pronatec, não tem nada. Vão acabar com as universidades federais, rapar o tacho, acabar com o Brasil!

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – Deputado Arlen Santiago, quero apartear-lo, em primeiro lugar, para dar o meu testemunho do trabalho que V. Exa. tem realizado na presidência da Comissão de Saúde desta Casa, visitando todo o Estado de Minas Gerais, incansavelmente, aproveitando sua saúde, disposição e, sobretudo, competência. Quando V. Exa. fala o que acabou de falar, isso é porque conhece a situação de todo o Estado, que V. Exa. tem visitado. Aliás, V. Exa. nos deu o prazer da sua presença em Governador Valadares, quando estivemos naquele município, que o recebeu dignamente.

Mas, deputado Arlen Santiago, corroborando o que V. Exa. está dizendo, o governo Pimentel suspendeu todas as obras do hospital regional de Governador Valadares, mas, em sua propaganda, diz que quem suspendeu as obras não foi ele, mas o governo anterior. Tenho documento dirigido ao pessoal de Governador Valadares, incluindo o *Diário do Rio Doce*, dizendo que eles estavam



suspendendo as obras. Essas obras foram reiniciadas agora. Mas, deputado Arlen Santiago, quando eles suspenderam as obras do hospital regional de Valadares, 80% delas já estavam concluídas e havia 350 trabalhadores; agora, no reinício, há ali 45 trabalhadores. Isso é para tapear não só o povo de Governador Valadares, mas todo o povo mineiro.

Além disso, não sei se é marcação com Valadares ou com o povo de Minas Gerais, mas o governo Pimentel está prometendo reestruturar 10 distritos industriais do Estado, mas não o de Governador Valadares, que é dos que mais precisam. Então quero agradecer a V. Exa. e registrar o nosso protesto também pelo descaso com a BR-381, que liga Belo Horizonte a Governador Valadares.

O deputado Arlen Santiago* – Obrigado, deputado Bonifácio Mourão. Concedo aparte ao deputado Dalmo Ribeiro Silva, que esteve conosco lutando pelo Samuel Libânio. Vamos continuar essa luta; não nos entregaremos. Já estamos nos reunindo com o pessoal das comissões de saúde da Região Sudeste para apresentarmos um projeto que obrigue o governo federal a colocar um pouco de dinheiro na saúde, acabando com essa calamidade.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) – Parabéns, deputado Arlen Santiago. O Sul de Minas estará presente, mais uma vez, nessa grande cruzada encabeçada por V. Exa.

Quero trazer também o sentimento do Sul de Minas diante do fato de que nossos hospitais estão praticamente falidos. Não temos absolutamente qualquer recurso para dar continuação às suas atividades. Aliás, o hospital a que V. Exa. se referiu, o Samuel Libânio, com um passivo de R\$50.000.000,00, está sem perspectiva. Não há qualquer olhar do governo do Estado em favor da nossa região. Quero, então, somar esforços aos de V. Exa. e dizer que não apenas o Samuel Libânio, mas todos os hospitais – de Poços de Caldas, Itajubá, São Lourenço, Ouro Fino, etc. – estarão juntos nesse grande momento em que vamos cruzar esse horizonte extraordinário, demonstrando a legitimidade do Parlamento e de V. Exa. para resgatar uma saúde digna ao povo mineiro. Parabéns.

O Deputado Arlen Santiago* – Obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, povo que nos assiste pela TV Assembleia, visitantes nas galerias, escrevemos um artigo neste final de semana que gostaria de trazer aqui a conhecimento desta Casa, principalmente por meio da TV Assembleia, sobre uma análise que fizemos sobre o crescimento da criminalidade e da violência. (-Lê:)

“Hoje realizamos mais uma audiência pública na Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais em Conceição das Alagoas, no Triângulo Mineiro. As cobranças não variam muito de uma cidade para outra; a questão do efetivo das Polícias Civil e Militar é sempre recorrente. Temos ainda a questão logística que muito preocupa as forças de segurança pública. Para piorar a situação das cidades do interior, as viaturas da Polícia Militar continuam fazendo longínquos e infinitos deslocamentos para encerrar ocorrências nos plantões regionalizados da Polícia Civil. Estes deslocamentos retiram viaturas e policiais de suas cidades por 10, 15, 20 e até mesmo 25 horas, como já registramos em uma ocorrência que resultou na prisão do autor de furto na cidade de Pavão. No caso em questão, Policiais Militares tiveram que se deslocar até Nanuque e depois até Teófilo Otôni, deixando a cidade de origem 25 horas sem nenhum policiamento ostensivo.

Trazer notícias ruins não é bom para ninguém, muito menos para este parlamentar que dedica quase 100% de seu tempo trabalhando para a segurança pública em Minas. No entanto, é preciso deixar claro que só conseguiremos avançar e reduzir a criminalidade e a violência a partir do momento em que o Estado fizer, pelo menos, o feijão com arroz do dia a dia. Estamos assistindo não só ao crescimento dos índices de violência contra o cidadão mas à letalidade dos profissionais de segurança pública. Como manuseio os dados com certa frequência, percebo que já ascendeu uma luz vermelha. Um dos sintomas mais graves em segurança pública é quando policiais e agentes do sistema de defesa social começam a sentir na própria pele. Neste momento, é isso que está acontecendo.

No entanto, um dos fatores mais preocupantes é que o atual governo reduziu drasticamente os investimentos em duas frentes muito importantes. Na polícia judiciária, nos sete primeiros meses de 2014, foram investidos R\$36.405.000,00. No mesmo período de 2015, do atual governo do PT, foram investidos R\$4.017.000,00.”

Ou seja, Sr. Presidente, deputado Hely Tarquínio, nos sete primeiros meses do ano anterior, deputado Antônio Jorge, o governo do Estado investiu R\$36.405.000,00 em investigação da polícia judiciária. No mesmo período, os mesmos sete meses, o atual governo do PT investiu R\$4.017.000,00. Praticamente 10% de investimento. Esses dados não são apenas de um deputado, que está hoje na condição de membro do bloco de oposição. São dados do Siafi, deputado Bonifácio Mourão, que é um sistema de informação do governo do Estado.

“No policiamento ostensivo geral não foi diferente. Nos sete primeiros meses de 2014, foram investidos R\$48.395.000,00. No mesmo período de 2015, apenas R\$9.720.000,00.” Aí, deputado Antônio Jorge, deputado Bonifácio Mourão, deputado Luiz Humberto, os dados que trazemos aqui são muito reais, são claros. Não há como deputados da base de governo virem contrapor, presidente Hely Tarquínio, porque esses dados são do Siafi. Imagine, deputado Wander Borges, que o governo do PT fez uma campanha prometendo mundos e fundos, inclusive, há uma carta-compromisso entre o governador Fernando Pimentel e um deputado do PMDB. No item 7 da carta está o seguinte: “Destinar recursos para as companhias, pelotões e destacamentos, para que as corporações tenham recursos para seu custeio e deixem de depender de entidades privadas ou prefeitura, garantindo a imparcialidade do trabalho dos militares”. O discurso da campanha e a prática cotidiana, deputado Antônio Jorge, são completamente diferentes. Imagine o policiamento ostensivo geral. No ano passado, nos sete primeiros meses, R\$48.395.000,00 de investimentos. Este ano, o governo do PT, que prometeu fazer mundos e fundos na segurança pública, investiu R\$9.720.000,00. Os dados estão disponíveis para qualquer deputado da base de governo.

“A redução desses investimentos em áreas extremamente importantes diminui e muito a capacidade de resposta do aparelho policial. Quarenta por cento de toda a frota de viaturas da Polícia Militar e também da Polícia Civil de Minas Gerais estão baixadas por diversos problemas mecânicos. Resultado: a Polícia Militar não consegue fazer rastreamentos para localizar criminosos quando atendem suas ocorrências, fazendo apenas registro dos boletins de ocorrências.” Na prática, deputado Antônio Jorge, um cidadão lá na Rua Halfeld, no Centro de Juiz de Fora, foi assaltado. Ele discou 190 e chama a viatura. Os policiais anotam os dados do cidadão e o



que foi levado, ou seja, o produto do roubo, buscam as características físicas do autor do crime e saem a sua procura, o que chamamos de rastreamento.

Na forma como está hoje, a polícia sequer está conseguindo fazer o rastreamento, porque, com o número de viaturas baixadas, ela tem de atender outro boletim de ocorrência que está à espera. A capacidade de resposta foi reduzida drasticamente, isto é, não consegue realizar policiamento preventivo e muito menos repressivo. É a essa situação que se chega com a redução da capacidade de resposta.

“Já a Polícia Civil não consegue fazer investigação, pois não tem à sua disposição ferramentas essenciais para sua atividade”, sejam viaturas, sejam equipamentos de proteção individual, sejam ferramentas de um perito criminal para serem utilizadas na investigação de polícia judiciária.

“O alerta que faço é para informar toda a população e prevenir os servidores da segurança pública, pois teremos um tempo muito difícil em Minas. Temos um governador que reduz investimentos, priorizando outras áreas. O governo federal abandonou as fronteiras, permitindo a entrada de drogas e de armas livremente, sucateando a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal. Por último, o governo do PT trabalha com a linha do direito penal mínimo, por ele não se prende ninguém. Por tudo isso é que volto a afirmar: vamos continuar denunciando e cobrando dos responsáveis, até que o cidadão possa ser ouvido em suas reclamações, pois tenho certeza de que não são poucas.”

Estão aqui, deputado Isauro Calais, as planilhas da Polícia Militar e da Polícia Civil do Siafi, banco de dados do governo do Estado. Então não adianta deputado da base de governo querer contrapor dados, a não ser que o governo do próprio Estado esteja informando dados errados, deputada Arlete Magalhães. Esses são os dados. Nos sete primeiros meses, o governo anterior investiu, na Polícia Civil, R\$36.000.000,00; e o atual governo do PT, R\$4.000.000,00. Então não há o que questionar.

O deputado Isauro Calais (em aparte) – Já agradecendo o aparte, por meio de V. Exa., que foi um militar atuante, combatente, um exemplo de policial, quero cumprimentar todos os policiais mineiros pelo Dia do Soldado, dia do policial, esse servidor tão importante para a segurança do nosso patrimônio, da nossa família, para dar segurança efetiva à nossa cidade.

Estamos comemorando, mas nem tanto podemos comemorar, Sr. Presidente. Temos uma divisa com o Estado do Rio de Janeiro e, com o cerco formado ao crime organizado no Rio de Janeiro, os bandidos da Guanabara estão se dirigindo para a Zona da Mata. Então, deputado Sargento Rodrigues, o que temos pedido a este governo e ao governo passado é, efetivamente, uma divisa mais segura; que possamos ter mais policiais na Zona da Mata. No decorrer desses anos todos, mesmo com toda a luta de V. Exa., que é um defensor da Polícia Militar e da segurança nesta Casa, o que é sabido por todos nós, pela imprensa e pelo povo mineiro, inclusive pelos próprios policiais – V. Exa. é votado maciçamente pelos policiais militares e civis de Minas Gerais –, precisamos alertar ao governo que a Polícia Civil está sucateada na Zona da Mata, que faltam efetivos na Polícia Militar. Na minha terra, Mirai, não há veículos para a Polícia Militar. Inclusive estou fazendo um pedido.

É preciso dar suporte a esses profissionais tão importantes para a nossa segurança, que, muitas vezes, não é olhado pelo poder público; não é visto, de forma preferencial, pelo poder público. Então, parabéns por sua atuação nesta Casa, defendendo a nossa segurança, e que o governo de Minas possa dar mais atenção a esses profissionais, o que é importante para todos nós.

O deputado Sargento Rodrigues* – Agradecemos ao deputado Isauro Calais. As palavras de V. Exa. estão em perfeita sintonia com o pronunciamento deste deputado. Os números do Siafi já dizem tudo. Se, nos sete primeiros meses do governo anterior, o investimento na Polícia Militar foi da ordem de R\$48.000.000,00; e, este ano, de R\$9.000.000,00; faltarão viaturas, combustível; faltarão ferramentas essenciais para a polícia fazer o que ela faz de melhor em Minas Gerais.

O deputado Antônio Jorge (em aparte)* – Agradeço a V. Exa. Para ficar esclarecido a todos, quando V. Exa. diz “investimento”, na realidade é “recurso executado”. Recurso orçado, liquidado, executado. Há uma diferença muito grande. Esclareço para que não haja aquela questão: “Ficou devendo...”. Não, isso é recurso executado. O Estado executou mais de R\$40.000.000,00 num ano, e R\$7.000.000,00, na mesma rubrica, no ano seguinte.

Pedi o aparte a V. Exa. só para corroborar, dando um testemunho da realidade que vivencio. Como sabe V. Exa., fui eleito, majoritariamente, na minha região, e tenho uma presença muito grande em muitos municípios do eixo da BR-267. Destacarei aqui Liberdade, Lima Duarte, Pedro Teixeira e Olaria. Esses municípios, deputado Sargento Rodrigues, passam por uma situação de terror entre as suas comunidades. Liberdade, que é um município pequeno, tinha policiamento ostensivo, e não tem hoje um policial sequer. Foram assaltados todos os locais em que existem recursos do cidadão. Lotéricas, caixas automáticos foram para os ares, bancos fechados. V. Exa. se refere também à questão da polícia judiciária, mas o policiamento ostensivo é aquele que toca imediatamente o cidadão e é aquele em que o marginal, o bandido, percebe sua fragilidade de forma imediata.

E isso está acontecendo, talvez de forma genérica, em virtude de todos os problemas por que passamos no País, com reflexo de ordem financeira em Minas Gerais, mas especialmente na Zona da Mata, onde os indicadores de violência, comparados à média mineira, apresentam uma curva, um comportamento muito acelerado. Fiz um apelo ao comando militar da nossa região, para que olhasse por Lima Duarte, Ibitipoca e Olaria. Deixamos consignados os nossos pedidos formais, mas, infelizmente, nada ainda aconteceu. Então vamos nos dirigindo aqui, através do aparte de V. Exa., à comunidade da nossa região, falando da nossa vigilância, da nossa instância para que o governo federal possa rapidamente recuperar esse efetivo para que volte às ruas. Somos otimistas em relação a isso.

O deputado Sargento Rodrigues* – Encerrando, presidente, quero pedir a V. Exa. apenas 30 segundos, que foram utilizados do meu tempo. Quero dizer, deputado Antônio Jorge, que V. Exa., que é sempre muito cordial, equilibrado e sensato, foi ao cerne da questão. V. Exa. fez o pedido ao Comando da Polícia Militar, mas a polícia fica refém da caneta do governador, do secretário da Fazenda e do secretário de Planejamento e Gestão. Os dados que apresentei aqui estão no Siafi do próprio governo do Estado. Por isso lanço um desafio: caso algum deputado da base de governo queira contrapor os números apresentados aqui, é muito fácil. Mas ele vai ter de pedir primeiro que as Secretarias da Fazenda e de Planejamento mudem os dados no banco de dados. Viu, deputado Bonifácio Mourão? Como bem lembrado por V. Exa., isso aqui foi executado nos sete primeiros meses, em policiamento ostensivo geral, no



policciamento que V. Exa. citou. E olha que V. Exa. não é especialista na área. Porém, como deputado, como pessoa que lida com o povo, tem a sensibilidade de saber exatamente que a Polícia Militar, o policiamento está nas ruas. É porque o cidadão vê mais rápido. É isso mesmo, V. Exa. está corretíssimo.

Foram investidos R\$48.000.000,00, nos sete primeiros meses do ano anterior, deputado Bonifácio Mourão, e, neste ano, R\$9.000.000,00. Na Polícia Militar, no policiamento ostensivo geral, na polícia judiciária e na investigação da Polícia Civil, foram investidos R\$36.000.000,00, nos sete primeiros meses do ano passado; no atual governo do PT, R\$4.000.000,00, 10%. Cadê o governo que foi à campanha dizendo que ia fazer muito melhor?

O governador Fernando Pimentel, durante a campanha, disse que ia contratar 12 mil policiais militares. Se esse moço conseguir contratar 12 mil, vou sair de joelhos da porta do meu gabinete, no Edifício Tiradentes, atravessar a rua e vir até este Plenário.

Já estou encerrando, presidente. Agradeço a V. Exa. Quero dizer que ele não vai cumprir, porque uma coisa é campanha; a outra, a realidade quando se senta na cadeira de governador. E o PT, na campanha, aqui em Minas Gerais, mentiu novamente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Felipe Attiê – Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos ocupando esta tribuna para dizer que o momento do País é difícil, sim. Como muito bem definiu Karl Marx, o capitalismo é o sistema das crises. O capitalismo, sempre com as crises, depura o velho, faz brotar o novo e ressurgir das cinzas para um novo ciclo de pujança. A melhor definição não é a marxista. A economia capitalista é cíclica.

Nós, infelizmente, por descuido do PT... Talvez eles não saibam disso. Talvez os petistas não tenham lido Karl Marx e não tenham entendido que o sistema entra em crise de produção, de demanda e de oferta, que ocorrem desajustes e a especulação financeira cria instabilidade no capitalismo. Entretanto, ao mesmo tempo, as inovações tecnológicas, as reduções de custos e outras coisas permitiu que esse sistema sobrevivesse ao longo de tantos séculos, desde o princípio da Revolução Industrial, com os cercamentos dos campos, etc.

Temos que entender que o PT assume o Brasil depois do Plano Real. O Brasil é um país inflacionário por natureza. É real, é réis, é conto de réis, é cruzeiro, é cruzado. Nunca tivemos uma economia estável, com uma moeda estável. Vejam há quantos anos a libra está na Inglaterra? Há quantos anos o dólar está nos EUA? O Brasil é um país que tem essa característica, ou seja, é um país em cuja moeda não podemos confiar ao longo dos séculos, porque ela é trocada, mudada, e os zeros são cortados.

Enfrentamos esse problema inflacionário no Brasil. O problema das finanças públicas no Brasil remonta há muito tempo, quando Rui Barbosa tentou, com sua política de encilhamento, parar com a emissão desordenada de dinheiro, que gerava inflação. Enfrentamos esse problema cíclico, recorrente no Brasil. A nossa economia ainda é baseada em produtos primários. O Brasil ainda não avançou muito. Um país, numa economia globalizada, depende da sua capacidade exportadora. Qual é a nossa capacidade exportadora? Café, milho, soja...

O deputado Antônio Carlos Arantes (em aparte)* – Minério.

O deputado Felipe Attiê – Minério. Essa é a grande capacidade exportadora brasileira. Montam-se uns aviõezinhos e eles são exportados, mas importa-se tudo para montá-los. Então, a complexidade da nossa economia é rudimentar, é pequena.

Há algumas exceções, como ocorre em São José dos Campos, com o ITA e a complexidade da Embraer. Porém, é uma exceção, uma ilha, e não a regra da indústria brasileira, que vem perdendo espaço, competição, inserção mundial, fazendo com que o Brasil, nesses últimos 12 anos, tenha se desindustrializado. Isso é ruim para o País, porque não conseguimos uma inserção segura, tranquila, na economia mundial. E o pior: não fizemos os deveres de casa. Não conseguimos avançar nas questões trabalhistas, não há um entendimento entre empregados e patrões, entre sindicatos e sociedade. Ouve-se muito discurso marxista, muita conversa, vê-se muito radicalismo, mas não se discutem essas questões. É um entrave.

Outro problema: o Brasil é um país de dimensões continentais. O principal ministério que deveria haver no País seria o dos transportes, o da logística. Não deveria ser chamado Ministério dos Transportes. Deveria chamar-se Ministério da Logística Integrada. Deveria ser um ministério com planos de continuidade das hidrovias, das ferrovias, dos aeroportos, dos portos e das rodovias. Esse deveria ser o principal ministério do País, que tem dimensões continentais, porque é esse processo que permitirá a competitividade de custos, a melhoria das exportações, a consolidação do Brasil e a integração do País. Até hoje, isso é feito em frangalhos.

Não há um plano nacional unificado. Não há meta. Na verdade, a palavra “planejamento” não existe no Brasil. É o País do saca-rolha; do saca-rolha nas empreiteiras que pegam obras que custam R\$3.000.000.000,00 e as entregam por R\$30.000.000.000,00 e que fazem um aditivo após o outro. Esse problema da falta de planejamento é presente no Estado. O Estado deveria ser muito bem organizado, bem formado, com planejamento que abrangesse todos os setores, desde a definição do preço de uma obra até a parte de desenvolvimento estratégico. É como a questão que citei sobre o Ministério dos Transportes, que deveria se chamar Ministério da Logística. É desse ministério que estamos precisando. Presidente, estamos precisando modernizar o Brasil. Precisamos resolver os problemas. Precisamos ter consistência no que fazemos.

Vejam bem: o Plano Nacional de Logística e Transportes não pode mudar conforme a bandeira partidária do governo que assume, seja tucana, seja petista, porque ligações de estradas, hidrovias, ferrovias, bitola de trem e portos não são questões ideológicas ou de programas partidários. Isso tem que acontecer com eficiência, com menor custo. Temos de ter uma legislação trabalhista mais moderna, uma logística mais integrada.

Veio uma crise internacional, e não estamos com o dever cumprido. A crise internacional virá com a China. Eu avisei aqui, há 3 meses. Eu disse: cuidado com a China. Uma gripe na China será uma pneumonia dupla no Brasil. Por quê? Porque continuamos, na história deste país, como sempre estivemos.

No século XVII, dependência da Holanda; nos séculos XVIII e XIX, dependência da Inglaterra; no século XX, dependência dos Estados Unidos, que era o principal parceiro comercial, importador e explorador; no século XXI, principal parceiro explorador: a China. O importador e explorador passou a ser a China. Continuamos no mesmo mecanismo de dependência. Primeiro Holanda,



depois Inglaterra, depois Estados Unidos. Neste novo século, inaugurou-se a parceria com a China, que compra do Brasil e para ele exporta. É nosso maior parceiro comercial. Agora esse é nosso parceiro.

O Lula disse que a crise de 2008 dos Estados Unidos aqui seria só uma marolinha. Mas a marolinha, já a China havia assumido o posto, o século mudou, o padrão mudou – como mudou da Inglaterra para os Estados Unidos, e agora mudou para a China, que é o maior comprador explorador... Ele não entendeu que a China ainda tem uma interdependência com a economia americana e, pior, que ela passaria por um processo de esgotamento. Ela adota um capitalismo de Estado, e não existe capitalismo sem crises, sem contradições, sem desaceleramentos, sem picos, mesmo que seja um capitalismo chinês, às avessas.

Avisei que haveria uma crise. O Professor Neivaldo estava na Câmara, no ano passado, em março. O senhor sabe disso. Avisei sobre a China, avisei que a crise viria. Falei sobre sua intensidade e estou avisando novamente sobre o risco ao adentrarmos novamente o mês. Este economista, que é alguém menor na economia – quem sou eu para fazer previsões? –, já havia previsto, em março de 2000, esta situação. Se entrarmos com PIB negativo no próximo ano, como serão as expectativas a partir de novembro? Dois anos de PIB negativo, dois anos sem crescimento econômico são uma barra pesada. Há muito tempo não me lembro disso. Temos dois anos de crescimento econômico. Em alguns anos, tínhamos PIB negativo, mas logo em seguida havia uma boa recuperação, mediana, pelo menos, ou mínima.

A crise tende a se agravar, porque as coisas na China não estão bem. É lógico que passaremos por uma crise. A China vai entrar numa crise, e aí nosso maior parceiro explorador vai nos colocar numa situação de fragilidade. Temos a agroindústria numa situação que envolve os insumos. Sofremos uma macrovalorização do dólar, menos dolorida porque o câmbio é flutuante, mas o dólar aumentou 50% em um ano. O euro, daqui a pouco, aumentará 60% em um ano. Isso empobrece o Brasil. E o pior: os insumos agrícolas são importados. As multinacionais, para ajustar seus balanços e prestar contas ao exterior, continuarão praticando aumento de preço. Vocês acham que as fábricas francesas de vidros no Brasil deixarão de repassar esse euro a 4,14 para os preços dos vidros? Ora, se apresentarem os relatórios em euro, na França, considerarão que a rentabilidade e que a eficiência diminuíram em relação ao que se tem. Elas vão prestar contas às matrizes, na França, em euro. Vão repassar para os vidros e para várias indústrias de produtos químicos.

Isso espremerá a rentabilidade do agronegócio. Pode haver quedas sucessivas na Bolsa de Chicago e em outras bolsas de produtos como soja e milho. Consequentemente, mesmo tendo a desvalorização cambial, custos crescentes e queda no valor do dólar, também teremos chegado a uma crise mais profunda nos próximos meses no agronegócio brasileiro. Não há ainda a iminência dessa possibilidade, pois o setor, como ainda busca exportações, está sobrevivendo, já que o minério de ferro derreteu, já que as *commodities* do petróleo derreteram. Foram a trinta e poucos dólares e vão continuar a derreter. Estamos numa situação perigosa.

Pior de tudo: a Petrobras, que se tornou a maior armadilha nacional, o grande problema nacional, está dependendo de bilhões de empréstimos da China nos próximos anos. E os chineses vêm reduzindo petróleo e reduzindo a capacidade financeira, porque essa crise na China é capitalista, mas mascarada por um estado que não informa, que não divulga, que maquia e que não sabe como agir, dada a complexidade da economia chinesa. Eles estão perdidos neste momento com a crise que se avizinha nas bolsas e vai contaminando a economia chinesa. Isso pode se refletir bastante no Brasil. Será um dos países mais prejudicados da América Latina. Temos uma condição difícil. Eu falei para o Pimentel tomar cuidado com esse aumento de salário que estão dando, para ter cuidado com o que está acontecendo. Estamos, já nos meses de maio e junho, com uma previsão de não se atingir o previsto do ICMS de R\$3.500.000.000,00 este ano.

Ou seja, não teremos R\$34.500.000.000 de arrecadação de ICMS. Teremos R\$31.000.000.000,00. Se continuar assim, a tendência é piorar. A situação é grave. Estamos num momento em que o Brasil foi pego por essa gestão petista de anos. Ele foi pego de calça curta, de *baby-doll*, no inverno duro, rigoroso, despreparado, por causa daqueles que são fanfarrões, que não olham para o futuro. Um líder tem de ter responsabilidade com o futuro, tem de conhecer economia. Vocês imaginem: este simples economista já sabia que teríamos o PIB menor da economia em março do ano passado. Se a D. Dilma não sabia do tamanho da crise, então ela não devia se candidatar a presidente da República. Se a senhora não enxerga na frente do nariz, se a senhora não enxerga o tamanho da crise, então não se candidate a presidente da República. Se a senhora não enxerga na frente do nariz, não pode ser nossa líder.

Não vou cair no buraco por conta de quem tem que me liderar, por quem não sabe ver a luz no fim do túnel e prever como a formiga. Ela trabalha no verão, na primavera e no outono, porque o inverno há de vir. O capitalismo é cíclico e será sempre cíclico. Crises hão de ir e vir, e temos de estar preparados para enfrentá-las. Nunca estivemos tão mal preparados na história deste país, e vai doer no lombo, porque as coisas vão piorar, infelizmente. Não sou cavaleiro do apocalipse.

Queria estar aqui falando que as coisas vão melhorar, que o Brasil vai crescer, que os portos estão uma beleza, que a logística do Brasil é imperiosa, que o Brasil está com setores tecnológicos de ponta, que estamos dando a virada, que este é o nosso país, mas não vamos falar nisso. Não adianta eu vir aqui fazer bravata, ficar igual à cigarra, cantando, para quando vier o inverno eu ter de pedir comida para a formiga. Não adianta.

O deputado Antônio Carlos Arantes (em aparte)* – Falando em crise, Felipe, ontem 600 prefeituras de Minas Gerais se manifestaram de várias formas. A crise chegou, de forma profunda, aos municípios, como chega a cada cidadão. A maioria das prefeituras não têm como pagar sua folha de pagamento e ficam sem repassar.

Hoje estive com o prefeito. Eu achava que a situação estava equilibrada. Ele está devendo uma média de R\$90.000,00, por mês, só para o hospital da cidade. A saúde do povo e as estradas já estão comprometidas. Há máquinas, porque alguém conseguiu máquinas, mas não há dinheiro para combustível. A situação é muito grave. Você fala que os fertilizantes são importados. Isso ocorre porque nosso governo não toma as providências na hora certa.

Iniciou-se a construção da Planta de Amônia em Uberaba, da Petrobras. Já se investiu R\$1.200.000.000,00, e a obra foi parada. Agora a obra está abandonada, perdendo R\$1.000.000.000,00. Além disso, a construção do gasoduto que iria de Queluzito, de Betim e de Divinópolis até a cidade de Uberaba também tem urgência e está indo para o espaço. Vamos também levantar essa bandeira da Planta de Amônia da Petrobras. Muito obrigado.



O deputado Felipe Attiê – Agradeço a V. Exa., deputado Antônio Carlos Arantes. Vejo que o problema do Brasil é que não há planejamento. Não temos uma burocracia pública efetiva. Se, pelo menos, nossos funcionários públicos tivessem 10% da capacidade sindical de organizar, de reivindicar e de trabalhar para o estado com planejamento... mas não têm. Eu queria conhecer os técnicos da Petrobras que orçaram, que fizeram a estimativa de custo para promover uma licitação da refinaria de Pernambuco com R\$3.000.000.000,00 e que vai ficar em R\$30.000.000.000,00. Que empresa é essa? Vocês acham que a Shell, a Exxon, a British Petroleum vão construir um estaleiro? Aí orçam em 3.000.000,00 de euros, depois fica em 30.000.000.000,00 de euros. Isso é no País do deboche, da piada, do carnaval, do samba e da cerveja. Isso não existe no mundo capitalista, na Alemanha, na Inglaterra e nos Estados Unidos. Quem é que assinou esses orçamentos, quem é que fez esse planejamento? No Brasil não há planejamento. Isso foi feito no saca-rolhas. O chefe, aquele que vocês conhecem, telefona e fala: "Libere aí, faça a refinaria, porque precisamos arrumar voto lá". Não há condições, gente. O chefe é aquele que vocês conhecem. Não gosto nem de falar o nome dele que me arrepio. Estamos falando...

Na verdade, o Brasil não tem burocracia pública efetiva, não tem planejamento. É um país que deveria ter no Ministério dos Transportes, no Ministério da Logística o grande afrouxo para o desenvolvimento da Nação, mas não tem.

É um plano improvisado atrás do outro, não há governo. Este é pior porque é do oba-oba. Alguns são melhores, mas esse é um defeito geral da nação brasileira, das nossas escolas públicas, da conduta do brasileiro, que acha que não precisa de planejamento para nada, faz as coisas no arroubo, no arrotto, na gritaria. O Pedro Álvares Cabral desceu aqui e gritou para os índios: "aaool!". E foram levando desse jeito. Isso não pode dar certo. Não temos como tocar o Brasil com uma economia complexa, globalizada, no improvisado, no arroubo do discurso, no tira boné, põe boné, no tira camisa, põe camisa. Isso não funciona. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Rogério Correia – Boa tarde, deputado Hely Tarquínio, deputadas e deputados. O PSDB perder a eleição parece... Houve vários pontos positivos, mas um deles é que o PSDB descobriu que Minas Gerais tem problemas. Antigamente o Estado não tinha problemas – não é? Os senhores se lembram do senador Aécio Neves fazendo campanha, falando da melhor educação do Brasil, da melhor saúde do Brasil, da melhor segurança do Brasil. Tudo aqui era o melhor do Brasil. Ele deixou Minas Gerais uma beleza! Minas não tinha problemas! As urnas disseram o contrário e o derrotaram na presidência da República. Minas derrotou Aécio. Gosto de falar isso porque é verdade. Minas derrotou Aécio, e Pimentel, no primeiro turno, bateu o candidato do PSDB, do senador Aécio Neves, que perdeu a eleição de forma acachapante. O Estado vivia às mil maravilhas. Agora foi bom, o PSDB descobriu que Minas tem problemas. Serviu para isso pelo menos. O PSDB agora está no choque de realidade, e o Pimentel precisa consertar tudo de errado que estava aí, porque havia muita coisa errada. Os votos disseram isso. Se as coisas estivessem bem em Minas, o PSDB teria ganhado as eleições. Não ganhou porque estavam muito ruins.

Deputado Celinho do Sinttrocel, não é fácil corrigir tanta coisa errada que nós encontramos no Estado. A educação estava aos cacarecos, os professores eram proibidos de se alimentarem na escola, nada de piso salarial, nada de definição da jornada, greve de 112 dias, caos na saúde – oito hospitais regionais prometidos e nenhum construído –, sucateamento da segurança, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Civil e da Polícia Militar. Além disso, havia uma dívida de R\$7.200.000.000,00 somente no orçamento deste ano. A dívida totaliza mais de R\$100.000.000.000,00. Essa é a realidade encontrada em Minas.

Saúdo, então, os nossos patrícios aqui presentes do Partido Socialista, bem acompanhados do nosso líder de governo, Durval Ângelo. Sejam bem-vindos, então, ao nosso país.

Mas eu dizia, Sr. Presidente, que o quadro encontrado em Minas Gerais foi um quadro lamentável e que só agora, com o choque de realidade, após perder as eleições, os deputados do PSDB estão sentindo a realidade, que aquela Minas da fantasia não existia. Dissemos várias vezes que não existia. Agora estão descobrindo que não existe mais. Mas tenho de chamar a atenção deles para dizer que nunca existiu. Não é de agora. Não foi apenas em sete meses que a situação que vocês estão descrevendo como problemática aconteceu. Não, isso já existia e por isso perderam as eleições. Senão fica parecendo, e por isso tenho de dizer ao povo mineiro, que as coisas foram atrapalhadas de sete meses para cá, porque o governador Pimentel entrou no lugar do PSDB e que só agora há problemas em Minas. Não, os problemas já vinham daí, presidente. São problemas graves. Reconhecemos esses problemas como graves e estamos buscando resolvê-los.

Ora, vejamos em sete meses o que o governador Pimentel fez, para citar alguns exemplos. Na área da educação, que é a principal prioridade. Todos nós não dissemos que educação é prioridade? Acertamos com os professores e com a educação um acordo e este ano não vai haver greve. Vamos cumprir o acordo, para não ter greve durante os quatro anos, para pagar à educação o piso salarial do magistério, que é lei nacional e que aqui era escondido. Pacificamos a educação. Estamos nomeando concursados. Estamos fazendo para a educação mineira, em sete meses, muito mais, mas muito mais do que os tucanos fizeram em 12 anos. Isso é reconhecido na área educacional por professores. O clima é outro em escolas. Estive este final de semana no Sul de Minas, visitei uma escola em Cruzília, reuni-me com as professoras e há muitos problemas ainda, mas todos reconhecem que foi um alívio o governo Pimentel ter assumido, porque a educação está melhorando muito. Eu disse às professoras que ainda está ruim, mas vai melhorar muito mais, porque em sete meses é impossível corrigir tudo. Aquele caos do PSDB, aquela briga, aquela perseguição às professoras, já não existe mais. Há o diálogo.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, gostaria de entrar no assunto da segurança pública. Ora, segurança pública, no caso da Polícia Civil, é um caos, situação da qual falamos há muito tempo. Fica tudo nas costas dos prefeitos. Eles estão reclamando não é de hoje, mas há muito tempo. Na área da saúde, por exemplo, há muito tempo gastam 30% do seu orçamento.

Mas queria trazer alguns dados da segurança pública. No primeiro semestre de 2013, o governo do PSDB gastou em torno de R\$3.000.000.000,00; no primeiro semestre de 2014, foi para R\$5.133.000.000,00. O governo do Pimentel, no primeiro semestre, já foi bem mais, foi R\$1.500.000.000,00 a mais, foram R\$6.000.636.000,00, tendo, inclusive, assumido 15% a mais do pagamento da Polícia Militar, que ficou para cumprirmos de um acordo feito anteriormente. Ou seja, colocamos mais recursos na segurança pública no primeiro semestre do que os governos do PSDB colocaram a cada ano.



Resolveu o problema da segurança pública? Óbvio que não, porque lá estava uma bagunça. Mas tenho aqui dados por dados. Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Polícia Civil, em todos o nosso investimento foi maior. O governo do Estado, por exemplo, criou mais 500 vagas para presos, apesar do pouco tempo; está chamando 1.100 novos policiais civis; vai chamar 50 mil policiais militares; e vai abrir 500 novas vagas a serem preenchidas com concurso para o Corpo de Bombeiros. Isso tudo está em execução e não foi feito anteriormente, o que mostra que estamos investindo e melhorando a segurança pública para, um dia, ela ser boa no Estado, porque, no governo do PSDB, ela foi simplesmente péssima.

Já falei da educação, mas seria bom dizer que a professora, além de satisfeita hoje com o diálogo, quer que a escola também melhore. Estamos chamando professores, nomeando professores concursados, terminando com a bagunça da gestão que estava nas escolas. Temos hoje um corpo de professores satisfeitos com o diálogo que está sendo realizado.

Para não dizer que não falei do outro assunto fundamental, que é a saúde, lembraria os deputados do PSDB, que achavam que antigamente não tinha problemas, os tucanos e tucanoides, que achavam que a saúde também era a melhor coisa do mundo, que agora estão com o choque de realidade. O senador Aécio Neves dizia, na campanha eleitoral, que em Minas havia a melhor saúde do Brasil, que a educação era a melhor do mundo, que a segurança pública era um exemplo. Os deputados não falavam nada, achavam que tudo estava às mil maravilhas. Vieram às urnas e disseram: “não, deputados, vocês estão precisando de um choque de realidade, agora vocês irão para a oposição. Na oposição, sejam mais humildes, larguem essa “pedância”, essa arrogância, esse nariz em pé próprio de tucano, diminuam o bico e sejam agora mais simples, compreendam que as coisas não estavam bem”. É exatamente isso que estamos fazendo agora. Consertamos a saúde? Não, mas pelo menos neste ano teremos 12% para a saúde, como teremos 25% para a educação, o que não foi feito no governo do PSDB. Olhem que o governo do PSDB tinha bons secretários – viu, deputado Antônio Jorge, e o incluo nesse quadro. Não é nenhuma crítica aos secretários, mas à política de governo, porque um governo que não investe 12% na saúde é um governo que não dá preferência à saúde pública.

Só para se ter uma ideia, os oito hospitais regionais que o governo do PSDB não quis construir já os estamos retomando. Foi dada ordem de serviço para três deles voltarem a ser construídos. O governador fará os oito hospitais, porque é essencial para a saúde pública. Ele não poderia fazer isso em sete meses, porque o rombo este ano no orçamento foi de R\$7.200.000.000,00.

Temos aqui uma oposição que quer que tudo dê errado no Brasil. O senador Aécio Neves, que parece ser ainda o líder dessa oposição, quis derrubar a presidente até na Venezuela. O homem está emburrado, parece um menino mimado, perdeu as eleições e não aceita. Primeiro turno, segundo turno, terceiro turno, quarto turno, quinto turno, sexto turno, sétimo turno, oitavo turno, e parece que o homem não sossega.

Não tendo chance o senador Aécio Neves de disputar a eleição, porque nem o PSDB o quer – o Alckmin já disse que será o candidato –, ele colocou na cabeça que vai derrubar a presidenta Dilma, seja da forma que for, e que será presidente da República ao fazer isso. Imaginem, parece que está louco o Aécio Neves, não sei o que ele andou fazendo, parece que está tresloucado. Ele coloca esse problema para o povo brasileiro, querendo desestabilizar o País, que é a única coisa que ele sabe fazer.

Enfim, o governo Fernando Pimentel encontrou o Estado de Minas com muitos problemas, Minas Gerais tem muitos problemas. Estamos tratando muito melhor do que o outro governo tratava. Temos pelo menos quatro anos para cumprir esse compromisso, e estamos cumprindo com a educação, com a saúde e com a segurança pública, principalmente. Para isso precisamos de recursos. Aprovamos aqui as custas judiciais, que era dinheiro que ficava nos bancos. O PSDB prefere o dinheiro nos bancos do que com os mineiros, porque, para esse partido, se der errado, melhor.

Se o Brasil for para o buraco, o PSDB acha que vai governá-lo. Não entenderam até hoje que não há a menor chance, com esse tipo de política, de eles voltarem a governar o Brasil ou Minas Gerais. Eu precisava dizer isso porque as pessoas vão escutando dados que não são verdadeiros e comparam, como se tudo estivesse certo. Na verdade, as coisas não estavam certas, havia muita coisa atrapalhada, e são essas coisas que precisamos corrigir.

O deputado Cristiano Silveira (em aparte)* – Deputado Rogério, obrigado pelo aparte. Gostaria somente de complementar as informações que V. Exa. traz, quando faz o balanço das ações do governador Fernando Pimentel nesses oito primeiros meses de mandato. A sensação que tenho, deputado Rogério, quando escuto V. Exa. falar, é que estamos comparando 12 anos de governo do Pimentel com 12 anos do governo do PSDB. V. Exa. cita conquistas importantes, históricas e fundamentais feitas em apenas oito meses, em detrimento daqueles anos todos de governo do PSDB.

Gostaria também de acrescentar às notícias, que na minha opinião são boas para o povo mineiro, que o governador anunciou, nesta semana, o aumento de 30% no valor dos repasses para o transporte escolar dos municípios. Esse valor está, há muitos anos, defasado e é uma reivindicação antiga dos prefeitos. É claro, sabemos da obrigação do Estado com o transporte dos alunos, mas nesse pacto, nesse compromisso, os prefeitos são sempre os mais prejudicados com as despesas e com as custas, que são obrigações do Estado. Neste momento o que o governador faz? Imediatamente, dá um aumento de 30% no transporte e institui grupo de trabalho para discutir o novo modelo do custeio para o transporte dos alunos. Esse fato é histórico também, deputado Rogério, e não podemos nos esquecer dele.

Outra boa notícia é que o governador, atendendo também ao pedido dos prefeitos, vai rever a chamada Lei Robin Hood, da distribuição do ICMS, para que aqueles municípios mais pobres possam receber mais recursos e, dessa forma, manter suas atividades. Ele vai fazer uma distribuição mais justa, deputado Rogério. O governador Fernando Pimentel, de novo, cumpre o ouvir para governar, o diálogo, que é a marca do seu governo e dessa administração.

Por fim, sabemos do aperto das prefeituras. É anunciada pelo nosso governador a liberação de R\$310.000.000,00 para as prefeituras mineiras, como forma de financiamento, pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, para que os municípios possam adquirir equipamentos e investir em infraestrutura, com juros pequenos e baixos, priorizando os municípios de menor índice de desenvolvimento humano. Esse é um grande investimento que o nosso governo apresenta para os municípios.

Estamos falando, deputado Rogério, de apenas oito meses do governo Fernando Pimentel. Muito obrigado.



O deputado Rogério Correia – Presidente, vou ser breve. Apenas gostaria de lembrar que o ministro Patrus Ananias esteve aqui com o governador Fernando Pimentel e anunciou, do ponto de vista nacional, um crédito para a agricultura familiar, para os assentados da reforma agrária, de R\$4.400.000.000,00, que irá para os municípios do interior de Minas e será muito bem recebido. Esse recurso, deputado Neivaldo, é aquele que aquece a economia do pequeno município. Foi uma honra ter recebido aqui, como diria o presidente Lula, pela primeira vez na história de Minas, um ministro com um governador para fazer o anúncio de um Plano Safra de R\$4.400.000.000,00. Precisou de muitos anos para isso acontecer.

Presidente Hely Tarquínio, foi uma festa. V. Exa. esteve aqui e viu que havia 36 deputados no dia e também agricultores familiares do Brasil inteiro. Foi uma alegria escutar um anúncio desse diretamente do ministro e do governador na Assembleia Legislativa. Gostaria de parabenizar a Mesa, o presidente Adalcleber Lopes e o vice-presidente Hely Tarquínio, porque estamos de parabéns. Só mesmo uma Assembleia Legislativa bem relacionada, sem essa crise, com um poder autônomo, para receber um ministro de Estado, um governador do Estado – aliás, os outros não vinham aqui –, anunciando R\$4.400.000.000,00 para o pequeno produtor mineiro.

Então, presidente, muito tem de ser feito, e com modéstia, sem dizer que o que fazemos é a essência do bem, que o resto não presta, sem falsear que Minas Gerais vive a oitava maravilha do mundo. Não, Minas está cheia de problemas, mas temos muita disposição para trabalhar e anunciar boas novas para o povo mineiro, como hoje rapidamente anunciamos algumas delas. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Elismar Prado* – Obrigado, presidente. Boa tarde a todos e a todas que de casa nos acompanham pela TV Assembleia. Também estive, deputado Rogério Correia, no lançamento do Plano Safra em Minas Gerais, que contou com a presença do governador Fernando Pimentel e do ministro Patrus Ananias, quando foram anunciados investimentos muito importantes. Como V. Exa., também quero parabenizar o governador, dizendo que me orgulho muito por ter contribuído, quando deputado federal, com a luta em defesa da agricultura familiar. Fui autor de um projeto de lei, aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, a nova lei da merenda escolar, que incluía 9 milhões de alunos do ensino médio no Programa Nacional de Alimentação Escolar, estendendo a merenda a todos os alunos da rede básica de ensino do País e aumentando os recursos de R\$900.000.000,00 para mais de R\$3.000.000.000,00. Ao nosso projeto, que virou lei, foi anexado um projeto do governo que, no Programa de Aquisição de Alimentos, determinou que 30% de todos os recursos da merenda escolar fossem repassados aos pequenos agricultores rurais inseridos no Programa de Agricultura Familiar. Segundo esse projeto, os pequenos agricultores recebem os recursos diretamente, com dispensa de licitação, para que possam fazer a venda direta. Ou seja, o projeto está criando emprego no campo em todo o País e melhorando a qualidade da merenda que, em todos os municípios, é repassada a escolas, creches e entidades subvencionadas. Isso contribuiu muito com a melhoria desse programa, e me sinto honrado em ter feito parte desse processo, criando a nova lei da merenda, à qual foi anexado o PAA, garantindo recursos para os pequenos produtores de todo o País.

Também concordo com o deputado Rogério Correia quando ele diz que os nossos problemas nas áreas de segurança, educação, saúde ou em qualquer área das políticas públicas não se iniciaram em 1º/1/2015. A grande diferença é que este governo está mostrando a realidade, sem maquiagem, mostrando o Estado de fato: nunca houve choque de gestão, nem déficit zero. Votamos, nesta Casa, a revisão do orçamento do Estado de Minas Gerais. A votação foi unânime – tanto dos deputados de situação quanto dos de oposição –, e ficou comprovado um déficit de mais de R\$6.000.000.000,00, um dinheiro que o governo anterior dizia haver nos cofres do Estado. Fizemos a revisão e, repito, constatamos o déficit de R\$6.000.000.000,00. Então, por meio de sua equipe, o governador Fernando Pimentel retomou as obras paradas. Havia centenas de obras paralisadas em todo o Estado, entre elas as dos hospitais regionais, que são fundamentais e foram retomadas.

Queria enfatizar isso e lembrar o acordo histórico realizado com os trabalhadores da educação, anulando aquela votação fatídica que criou o subsídio, reconhecendo a lei do piso nacional da educação como vencimento básico, descongelando a carreira dos trabalhadores na educação e retomando o processo de valorização de todos os professores e professoras. São medidas fundamentais para que possamos melhorar as condições de vida do povo mineiro.

Mas ficamos nos digladiando nesse debate, tratando da conjuntura nacional e de várias questões, e muitas vezes deixamos de prestar contas da nossa atividade parlamentar, do que é nossa prerrogativa como deputados estaduais. Assim, não será possível anunciar tudo, mas queria falar rapidamente de algumas das nossas agendas dos últimos dias, que estão resultando em benefício para o povo de Minas Gerais.

Hoje, por exemplo, nós assinamos um convênio para beneficiar o Município de Nova Ponte, para ampliação e reforma de duas escolas infantis, por solicitação do nosso companheiro, vereador Cairo. Na quinta-feira próxima assinaremos convênio com o Município de Monte Alegre, por solicitação do vereador Paulo Marinho, para iluminação de duas praças. Em Itapagipe, tivemos uma reunião com a nossa companheira Karina, o Antônio Evil e a Apae, que será beneficiada, por meio desse convênio, com uma van. Dia 30 de agosto próximo vamos inaugurar um cinema na cidade de Conquista, também proveniente de emenda de nossa autoria. No último dia 24 de julho, inauguramos uma biblioteca em Pirajuba. No último dia 17, deputado Rogério Correia, entregamos mais 500 casas do programa Minha Casa Minha Vida no Município de Ituiutaba. Em breve, 22 municípios de toda a nossa região e outras, em todo o Estado, vão receber as academias ao ar livre. Quero parabenizar o nosso secretário de Esportes, Carlos Henrique. O Município de Uberlândia, deputado Professor Neivaldo, vai receber cerca de quarenta academias. Várias delas já começaram a ser inauguradas. Já há todo o agendamento para que as localidades recebam a academia a céu aberto, um programa fundamental para a promoção da saúde, a redução dos fatores de risco e a melhoria da qualidade de vida do nosso povo. Aliás, são emendas de autoria do nosso deputado Weliton Prado. As academias já começaram a ser instaladas no Município de Uberlândia, mas toda a região do Triângulo receberá as academias a céu aberto. Foram aprovados R\$500.000,00 para a reforma da Defensoria Pública de Uberlândia. Quero agradecer aos vereadores da Câmara de Uberlândia que votaram e deram autorização legislativa para receber esses recursos indicados pelo nosso mandato, por meio do orçamento do Estado. Também há a reforma da sede da Pastoral da Criança. Ou seja, houve uma série de conquistas.



Ao falar de esportes, de atividades físicas, deputado Professor Neivaldo, conforme estudos da Organização Mundial de Saúde, a cada R\$1,00 investido em atividade física, você economiza R\$3,00 na saúde. Ou seja, esses são dados apenas para prestar contas de um pouco do nosso trabalho. Não teremos tempo aqui de falar de todas as questões, mas vale enfatizar algumas conquistas.

O deputado Professor Neivaldo (em aparte) – Deputado, primeiro quero parabenizá-lo por seus trabalhos, por suas ações em Uberlândia e região. Rapidamente ainda dentro desse tema de que estamos trabalhando para uma Minas Gerais melhor – retomarei em outro momento o tema da segurança –, julgo importante apresentar um dado em relação à despesa com segurança pública no Estado de Minas Gerais.

Primeiro, quero realmente dizer que as coisas não mudam do dia para a noite. Por exemplo, conforme dados, pegamos a Polícia Militar com 11.265 viaturas, sendo que 4.562 estavam fora das ruas por falta de manutenção. Quanto aos bombeiros, havia 373 carros fora do combate. Os presídios contam com 32 mil vagas, e há 66 mil prisioneiros. Na Polícia Civil, 300 carros precisam ser trocados, e isso não aconteceu no ano de 2015. A falta de investimento é o famoso choque de gestão dos governadores Aécio Neves e Anastasia.

De forma resumida, no ano de 2014, o valor empenhado na segurança pública foi de mais de cinco trilhões, precisamente R\$5.302.984.230,01, e o valor realizado foi de R\$5.133.117.737,37. Este ano, no primeiro semestre de 2015, na segurança pública já foram empenhados R\$6.708.747.046,69; e o valor realizado foi de R\$6.636.444.352,07. Então, há o discurso de que o governo passado, no ano de 2014, investiu mais, mas isso não é verdade. O governo Pimentel, no primeiro semestre de 2015, já investiu mais do que o governo passado, no primeiro semestre de 2014. Agradeço pelo aparte.

O deputado Elismar Prado* – Agradeço ao deputado Professor Neivaldo.

Gostaria de finalizar, Sr. Presidente, apenas reiterando que, de fato, o governador Fernando Pimentel está retomando o Estado, mas com transparência, com democracia participativa, visitando todas as regiões de Minas, ouvindo as lideranças, as entidades representativas, todas as forças políticas, sociais, e também a população em geral, para que possamos construir uma nova forma de fazer política, dando atenção a nossa população e enfrentando com transparência as questões do nosso estado.

Sr. Presidente, era isso que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 31/8/2015, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos, relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Doutor Jean Freire

nomeando Lucimária Borges Luiz Mendes para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas.

Gabinete do Deputado Glaycon Franco

exonerando Geraldo Silvério da Silva do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;
nomeando Geraldo Silvério da Silva para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;
nomeando Weriton José de Andrade para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas.

Gabinete do Deputado João Vítor Xavier

exonerando Michel Angelo Batista do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;
nomeando Marta Antonia Bregunci de Castro para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;
nomeando Michel Angelo Batista para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas.

Gabinete do Deputado Léo Portela

exonerando Elisandra Amancio Ferreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
exonerando, a partir de 31/8/2015, Rita de Cássia Vilasboas Ferreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;
nomeando Cleiton Camilo Dutra para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Noraldino Júnior

exonerando Marina Manoela Meireles Corrêa Zebral do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 4 horas;
exonerando Patrícia Souza de Oliveira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas.

Gabinete do Deputado Tiago Ulisses

exonerando Ricardo Luiz Santos Zepf do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas;
exonerando Samy Chafic Abou Jaber do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;
nomeando Ricardo Luiz Santos Zepf para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;
nomeando Samy Chafic Abou Jaber para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;
nomeando Thalita Fernandes Ramos de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.130, de 4/5/1993, 5.179, de 23/12/1997, e 5.305, de 22/6/2007, e da Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Jamilson José Dantas Santos do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Minoria;



nomeando Cássio Pinto de Carvalho para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Minoria.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 93/2015

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Viação Serro Ltda. Objeto: serviços de transporte rodoviário em ônibus, com motorista, em viagens e traslados no território nacional. Objeto do aditamento: segunda prorrogação, com reajuste de preço. Vigência: 12 meses, a partir de 24/9/15. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 97/2015

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Talentos Cinivideo Ltda. Objeto: prestação de serviços de operação de sistemas eletrônicos de áudio e vídeo para a Diretoria de Rádio e Televisão da contratante. Objeto do aditamento: ampliação do objeto do Termo de Contrato nº 27/2015 em 6,06% e revisão de preços considerando os aumentos dos valores de vale-transporte concedidos pela BHTrans e pela Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, os reajustes salariais determinados nas Convenções Coletivas de Trabalho 2015/2017 e a referida ampliação. Vigência: a partir da assinatura, com efeitos nos termos das cláusulas 5, 6, 7, 8, 9 e 10 deste aditivo. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.